



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA  
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

ANA CAROLINA SANTOS SIQUEIRA

**DESAFIOS DA DOCENCIA COM ALUNOS SURDOS: Concepções  
dos professores que atuam no AEE da EMEF Antonio Gonzaga  
Barros, em Itaituba-PA**

ITAITUBA-PA

2023

ANA CAROLINA SANTOS SIQUEIRA

**DESAFIOS DA DOCENCIA COM ALUNOS SURDOS: Concepções  
dos professores que atuam no AEE da EMEF Antonio Gonzaga  
Barros, em Itaituba-PA**

Monografia apresentado ao Curso de Licenciatura  
Plena em Pedagogia da Faculdade de Itaituba para  
obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora:

Profª Dra. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

ITAITUBA-PA

2023

SIQUEIRA, Ana Carolina Santos.

**DESAFIOS DA DOCENCIA COM ALUNOS SURDOS: Concepções dos professores que atuam no AEE da EMEF Antonio Gonzaga Barros, em Itaituba-PA/ANA CAROLINA SANTOS SIQUEIRA - Itaituba: CLPP da FAI, 2023.**

55 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Faculdade de Itaituba-FAI, Curso de Pedagogia, Licenciatura Plena em Pedagogia, Itaituba, BR-PA, 2023.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Elina Renilde de Oliveira Ribeiro, Dra.

1. Alunos surdos. 2. AEE. I. RIBEIRO, Elina. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR-PA, 2023.

ANA CAROLINA SANTOS SIQUEIRA

**DESAFIOS DA DOCENCIA COM ALUNOS SURDOS: Concepções  
dos professores que atuam no AEE da EMEF Antonio Gonzaga  
Barros, em Itaituba-PA**

Monografia de graduação apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Itaituba, para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientadora/Presidente da banca: \_\_\_\_\_ Nota: \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup> Dra. Elina Renilde de Oliveira Ribeiro

Avaliador: \_\_\_\_\_ Nota: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Francisco Cláudio de Sousa Silva

Avaliadora: \_\_\_\_\_ Nota: \_\_\_\_\_

Profa. Esp. Edilaine da Silva Melo

Resultado: \_\_\_\_\_ Média: \_\_\_\_\_

Itaituba-PA, 20 de julho de 2023.

A minha família.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu chegar onde nunca imaginei, por diversas vezes pensei em desistir, e a angústia tomava conta do meu coração. Pensei que não fosse capaz, mas Ele me mostrou que os planos Dele são melhores que os meus. Sou grata pelas bênçãos que caíram sobre mim, sempre guiando e cuidando da minha família. Obrigada, Senhor por colocar esperança, amor e fé no meu coração!

A minha mãe, **Iraneide de Oliveira Santos**, que sempre acreditou nessa conquista, e meu deu maior apoio nessa trajetória. Ao meu pai, **Carlos Aberto Siqueira (*in memorian*)**, que sempre me desejou o melhor dessa vida.

Aos meus irmãos, **Iranildo Santos, Jucilene Santos, Mônica e Roberto**, pelo carinho e cuidado, por torcerem pela minha felicidade e me incentivar por algo melhor.

Ao meu companheiro, **Robson Diego**, por compreender as várias horas que passei ausente, que ao longo desses anos me deu apoio para vencer essa etapa da vida acadêmica.

Agradeço a todo corpo docente da Faculdade de Itaituba que fizeram parte da minha formação. Em especial, a minha professora e orientadora, Dra. **Elina Renilde de Oliveira Ribeiro**, por aceitar conduzir o meu trabalho, sou grata pela confiança depositada na proposta dessa pesquisa. Obrigado por me manter motivada todo o processo.

Aos participantes e colaboradores desta pesquisa, professores de escola pública, meu muito obrigada!

O processo de aprendizagem acontece a partir da aquisição de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes através do estudo, do ensino ou da experiência. A construção de conhecimentos em sala de aula deve se constituir de forma gradativa adequando-se a cada estágio do desenvolvimento da criança. O professor deve oportunizar situações de aprendizagem em que o aluno participe ativamente desse processo, ainda que a fonte desse conhecimento possa estar tanto no exterior (meio físico, social) como no seu interior (PILETTI; ROSSATO, 2011, p. 46).

## RESUMO

Este trabalho destaca os desafios da docência com alunos surdos no cenário escolar, se referindo à inclusão como um meio disposto ao contato com as diferenças. Foi desenvolvido a fim de analisar os desafios da docência no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos, a partir das concepções e experiências dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado das escolas públicas de ensino fundamental de Itaituba-PA. A metodologia aconteceu por estudos bibliográficos com os autores da área e a partir da aplicação de um questionário com professores que atuam no AEE levando em consideração os professores que atuam no AEE da Escola Antônio Gonzaga Barros. Os resultados demonstram que a inclusão dos estudantes surdos em salas de aula do ensino regular é percebida pelos entrevistados por muitos desafios, como: a falta de apoio financeiro; alguns educadores não estão preparados para ensinar os alunos; falta de suporte aos professores do AEE. Entretanto, verifica-se um aumento no número de matrículas e a participação da família na vida escolar do estudante surdo. Outros desafios no trabalho com aluno surdo são: Falta de parceria da família, que é essencial para ajudar no desenvolvimento do aluno. Além desse desafio a escola traz consigo a comunicação, pois a maioria dos estudantes não é fluente em Libras, isso dificulta o processo de aprendizagem, não trazendo os resultados esperados.

**Palavras-Chaves:** Docência com surdos. AEE. Ensino Fundamental.

## **ABSTRACT**

This work highlights the challenges of teaching with deaf students in the school setting, referring to inclusion as a means willing to get in touch with differences. It was developed in order to analyze the challenges of teaching in the teaching and learning process of deaf students, based on the conceptions and experiences of teachers who work in Specialized Educational Assistance at public elementary schools in Itaituba-PA. The methodology happened through bibliographical studies with the authors of the area and from the application of a questionnaire with teachers who work in the SES, taking into account the teachers who work in the SES at the Antônio Gonzaga Barros School. The results show that the inclusion of deaf students in regular education classrooms is perceived by respondents as having many challenges, such as: lack of financial support; some educators are not prepared to teach students; lack of support for AEE teachers. However, there is an increase in the number of enrollments and family participation in the school life of deaf students. Other challenges in working with deaf students are: Lack of family partnership, which is essential to help the student's development. In addition to this challenge, the school brings with it communication, as most students are not fluent in Libras, which makes the learning process difficult, not bringing the expected results.

**Keywords:** Teaching with deaf people. AEE. Elementary School.

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                  |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1. Perfil dos entrevistados.....                                                          | 39 |
| Quadro 2. A escola promove a inclusão?.....                                                      | 41 |
| Quadro 3. Quais as adaptações são feitas no planejamento curricular.....                         | 42 |
| Quadro 4. A escola possui tecnologias assistivas?.....                                           | 43 |
| Quadro 5. Estratégias pedagógicas mais utilizadas no processo de ensino aprendizagem.....        | 44 |
| Quadro 6. O que você considera como os principais desafios no seu trabalho com aluno surdo?..... | 45 |
| Quadro 7. O que você sugere para melhorar seu trabalho com aluno surdo?.....                     | 46 |
| Quadro 8. Qual o perfil do professor que deseja trabalhar na sala do AEE?.....                   | 47 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                   |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                            | <b>10</b> |
| <b>1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO SURDO.....</b>                                                                                                 | <b>12</b> |
| 1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....                                                                                              | 12        |
| 1.2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS .....                                                                                       | 16        |
| 1.3 SURDEZ, LINGUAGEM E A EXCLUSÃO ESCOLAR: PONTOS A CONSIDERAR.....                                                                              | 20        |
| <b>2 PEDAGOGIA SURDA: DESAFIOS NO ATENDIMENTO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA .....</b>                                                         | <b>26</b> |
| 2.1 ATENDIMENTOS EDUCACIONAIS ESPECIALIZADOS: ASPECTOS ORGANIZACIONAIS.....                                                                       | 26        |
| 2.2 DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....                                                                                            | 29        |
| 2.3 RELAÇÕES ESCOLA E FAMÍLIA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA.....                                                                                       | 32        |
| <b>3 DESAFIOS DA DOCÊNCIA COM ALUNOS SURDOS: CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO AEE DA EMEF ANTONIO GONZAGA BARROS, EM ITAITUBA-PA .....</b> | <b>38</b> |
| 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....                                                                                                              | 38        |
| 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA.....                                                                                                    | 39        |
| 3.3 CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DO AEE .....                                                                                                       | 41        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                 | <b>49</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                          | <b>51</b> |
| <b>APÊNDICE.....</b>                                                                                                                              | <b>54</b> |

## INTRODUÇÃO

Ser professor pode ser considerado um grande desafio, pois ela traz consigo uma infinidade de responsabilidades que irão conduzir seres humanos na sua formação profissional direta ou indiretamente, ainda mais quando se trabalha especificamente com alunos surdos. Pode-se dizer que o ensino ao sujeito surdo é um desafio, somente a garantia de um ensino de qualidade a esses alunos possibilitará reconhecer a inclusão escolar e fazer com que aluno venha se sentir acolhido.

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo Analisar os desafios da docência no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos, a partir das concepções e experiências dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado das escolas públicas de ensino fundamental de Itaituba-PA.

A partir do objetivo geral foram elencados os específicos onde também foram norteadas as seguintes questões: Quais as estratégias adotadas pelas escolas no acolhimento dos alunos com deficiência auditiva? Como ocorre o atendimento do aluno surdo no AEE das escolas de ensino fundamental de Itaituba-PA? Quais os desafios enfrentados pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação do aluno surdo? Partindo desse pressuposto, essa temática despertou-me curiosidade e interesse por se tratar de um tema voltado para área da inclusão com surdos, que visa averiguar as dificuldades dos docentes que trabalham com alunos surdos enfrentam.

O percurso metodológico deste trabalho acadêmico deu-se de forma qualitativa descritiva e observação sistemática, visto que se trata de um estudo bibliográfico, uma vez que foi feito um levantamento teórico dos principais autores: Pinheiro, Lima e Silva (2019); Alves (2015); Skliar (1998); Brasil (2010); Tanaka (2010), Ferreira (1990), Felipe (1997), dentre demais teóricos que constam nas referências ao final do trabalho. Como pesquisa de campo, optou-se por utilizar a aplicação de um questionário a quatro professores que atuam no AEE de uma escola pública.

Esta Monografia está estruturada em três capítulos onde destaca os temas trabalhados e estudados durante esse processo de conclusão. Nesse contexto, o capítulo 1 trata sobre a educação inclusiva do aluno surdo, mostrando seus deveres e direitos diante da sociedade e com a educação. No capítulo 2 destaca a pedagogia

surda: desafios no atendimento ao aluno com deficiência auditiva e relação escola e família do aluno com deficiência; e por fim, o capítulo 3 aborda sobre os desafios da docência com alunos surdos a partir das concepções dos professores que atuam no AEE da Escola Antonio Gonzaga Barros, em Itaituba.

## 1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO SURDO

### 1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Em todos os países os seres humanos estão organizados em sociedade, ou seja, um termo que alude a um conjunto de pessoas com interesses e recursos de poder para a satisfação de suas necessidades. As políticas que trazem todo o espectro de governança, negociação e resolução ou administração de problemas e que fazem a sociedade funcionar essas políticas denominadas públicas. E a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Segundo Skliar (1998, p.148) que ressalta:

A comunidade surda é um complexo de relações e interligações sociais, que diferem de outras comunidades onde existe a possibilidade da comunicação oral, pois as pessoas surdas necessitam da língua de sinais e das experiências visuais para realizarem uma comunicação satisfatória com outras pessoas.

Com uma construção árdua e vagarosa, a sociedade tem incluído cada vez mais o indivíduo surdo, obviamente assim como todas as outras especificidades ainda há muito ser percorrido. Neste contexto, as organizações internacionais, nacionais e não governamentais, temos a Declaração de Salamanca, onde seu objetivo foi definir uma política partindo do princípio de que as pessoas que até então excluídas do processo educacional, em especial, as pessoas com deficiência, seriam assistidas por tal declaração. Daí surgiu a terminologia necessidades educacionais.

O princípio fundamental desta linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiências e bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e de crianças de crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizados. Todas essas condições levaram uma série de desafios para os sistemas escolares (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.17-18).

A declaração de Salamanca foi um marco importante para as políticas de inclusão e serviu de base para novas propostas para a educação inclusiva. Nesse sentido, o Ministério da Educação e Cultura – MEC através do Decreto 5.626 de 22

de dezembro de 2005 torna legítima a educação bilíngue de surdos no Brasil, no que se refere ao ensino de Libras e de Língua Portuguesa em todos os seus aspectos linguísticos e culturais os quais são essenciais para a inclusão efetiva da pessoa surda.

A declaração de Salamanca é a primeira que considera a questão linguística dos deficientes sensoriais, especificamente dos surdos e dos surdos-cego. Ela assegura a importância das minorias linguísticas, particularmente, a Língua de Sinais, como meio de comunicação para os surdos e para aqueles deficientes que se beneficiaram dela, mas que seja evidentemente a de seu país e de sua cultura. Aponta ainda que uma educação mais apropriada para estes seria a educação especial, ministrada em escolas especiais ou em classes de ensino comum, mas com apoio intermediário, ou seja, de um intérprete ou instrutor que as auxilie na apropriação da Língua de Sinais, caso estas não a possuam.

A Lei nº 10.436/2002 estabelece em seus artigos:

Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

O artigo primeiro reconhece a LIBRAS como meio de comunicação ou de expressão a ser utilizado pelas pessoas surdas, mas somente no parágrafo único do mesmo artigo, que lhe é conferida o status de uma língua, com recursos e estrutura gramatical própria. E a comunidade surda a qual pertence a maioria dos surdos que usam a LIBRAS, por preservarem uma cultura peculiar a sua língua e pela luta de seus direitos.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Esse artigo garante a acessibilidade do uso da LIBRAS e de sua divulgação em todos os lugares públicos, como língua oficial das comunidades surdas do Brasil, permitindo ao aluno com surdez o seu uso frequente no ensino regular ou em

qualquer escola que estude, seja especial ou não, conforme assegura referido o artigo.

O Artigo 3º afirma que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. (BRASIL, 2002). Nesse aspecto é conferido ao aluno com surdez o direito de ser atendido pelos órgãos públicos de saúde recebendo o devido tratamento para as consequências de sua surdez, pelos devidos profissionais como otorrinolaringologistas, fonoaudiólogos, psicólogos, neurologistas, dentre outros.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, conforme a legislação vigente.  
Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2002).

O quarto artigo indica a inclusão da disciplina de LIBRAS nos cursos superiores da educação e da saúde. Assim, percebe-se que a legislação visa proteger a pessoa com deficiência contra quaisquer situações que a impeçam de exercer seus direitos enquanto cidadã por ser vistas como incapaz, deixando claro para a sociedade que toda pessoa surda pode assumir seu papel pleno de cidadania independente da sua forma de ver e se inserir no mundo.

A política pública voltada para educação especial vem sendo implementada no país nos últimos anos, com o objetivo de constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para o aluno. A mesma tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas as necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008).

Nessa perspectiva, em relação a igualdade a todos, inclusive na educação, estão os surdos que também dispõe e luta pelos seus direitos, diante de leis que os ampara, mas que muitas vezes se torna falha na prática. A vida das pessoas surdas foi marcada por muitas lutas, que se tornaram no decorrer dos tempos em muitas

conquistas, se lembrarmos um pouco na antiguidade o surdo era considerado incapaz.

Hoje com a promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu e oficializou a Libras, como língua das comunidades surdas, e o Decreto lei 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou a Lei no 10.436/2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000, em seu artigo 14, diz que as instituições federais de ensino devem garantir obrigatoriamente às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

As políticas públicas não saem do papel com a urgência que os grupos sociais demandam, sem sua organização política e exaustivas negociações de seus pleitos. Penso que as questões curriculares voltadas à diferença surda, possam estar mais próximas quando se regulamenta, numa normativa federal, a diretriz de “organização da educação bilíngue”, mesmo que atrelada a uma noção de “inclusão” equivocada para a educação de surdos. (MACHADO, 2009, p. 25).

Mesmo assim, muitas vezes essa formação não lhe garante a proficiência nesta segunda língua de modo que ele seja capaz de ensinar os conteúdos de sua disciplina em Libras para o surdo, principalmente porque, como qualquer outra língua, a fluência exige prática contínua, pois do contrário, o conhecimento adquirido cai no esquecimento e o usuário não consegue nem manter o que já aprendeu, uma vez que seu contato maior é com alunos ouvintes e sua língua materna é o português.

Sob o ponto de vista de Machado (2009 *apud* SOUSA; VIEIRA, 2020, p. 06), o professor precisa se reconstruir, reinventar sua prática superando as expectativas para a promoção da educação inclusiva.

Na perspectiva inclusiva e de uma escola de qualidade, os professores não podem duvidar das possibilidades de aprendizagem dos alunos, nem prever quando esses alunos irão aprender. A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino e, ainda, não justifica um ensino à parte, individualizado, com atividades que discriminam e que se dizem “adaptadas” às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, levando em consideração a pluralidade das manifestações intelectuais.

Sobre essa ótica fica evidente diante desse posicionamento que ao adotar uma postura mais inclusiva reconhece as limitações do aluno, mas valoriza também o seu potencial. Nesse sentido, o educador busca conhecer a língua materna do surdo para que assim torne possível o ensino e aprendizado da língua portuguesa através da Libras.

Nessa linha de pensamento, Quadros (2006, p.15) apresenta alguns questionamentos sobre a participação dos surdos no processo educacional:

Como a escola regular vai garantir o processo de aquisição da Língua Brasileira de Sinais? Quem serão os interlocutores das crianças surdas? Como será promovida a interação social dos pares surdos? Como será a constituição do sujeito surdo? Como os grupos exercerão e reproduzirão suas regras e seus princípios surdos? Como a coletividade será garantida? Como a escola vai garantir o acesso aos conhecimentos escolares na língua de sinais em escolas que utilizam o português como meio linguístico? Como será garantido o processo de alfabetização e letramento na escrita da língua de sinais? Como será proporcionado o ensino do português com estratégias baseadas na aquisição de segunda língua?

O surdo enfrenta problemas que para o ouvinte são consideradas situações simples. Mas, é preciso entender que sem uma intervenção do professor ou de um intérprete de Libras que ajude o aluno surdo a acompanhar o nível da turma ou ir além, as dificuldades só aumentam na medida em que vai para o Ensino Médio e até mesmo no espaço acadêmico. Nessas condições desfavoráveis, considera-se uma grande vitória do surdo que consegue concluir um nível superior e se inserir no mercado de trabalho.

O acompanhamento de um intérprete de Libras é importante na mediação desse processo de aprendizagem, entretanto, nem sempre há um profissional com essa habilidade disponível para acompanhar o aluno principalmente quando na escola há vários alunos que precisam desse acompanhamento. Outro fator que contribui o desafio da inclusão do surdo é que a maioria dos professores não tem o domínio da língua de sinais ou o nível de conhecimento nesta área é muito básico o que o impossibilita de explicar com clareza os conteúdos de sua disciplina.

## 1.2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A deficiência auditiva é a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo dessa forma considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional

na vida comum, parcialmente surdo, aquele da qual a audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. Para Gagliardi e Barella (1986), a deficiência auditiva é um tipo de privação sensorial cujo sintoma comum é uma reação anormal diante dos estímulos sonoros.

A Surdez, portanto, é caracterizada por perda, maior ou menor, assim vários tipos de deficiência auditiva, como citados anteriormente por grau de perda em decibéis. Também confirmado por Marchesi (1996), que acrescenta haver vários tipos de deficiência auditiva, em geral classificadas de acordo com o grau de perda da audição. Esta perda é avaliada pela intensidade do som, medida em decibéis(dB), em cada um dos ouvidos.

A caracterização da deficiência auditiva considera parcialmente surdo e “surdo” os indivíduos que apresentam: *surdez leve* é a perda auditiva que impede o indivíduo perceber igualmente todos os fonemas das palavras, mas não impede a aquisição normal da linguagem. A *surdez moderada* é a perda auditiva se encontra no nível da percepção da palavra e frequentemente o atraso de linguagem e as alterações articulatórias. A *surdez severa* permite que o indivíduo apenas perceba sons fortes e conhecidos, podendo ele atingir a idade de quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Por fim, a *surdez profunda* impede que o indivíduo perceba e identifique a voz humana, impossibilitando-o de adquirir a linguagem oral (BRASIL/MEC,1995, p. 17-18).

Percebe-se então que toda a classificação da surdez é representada por decibéis assim definindo o seu grau de perdas que o indivíduo possui, pois a classificação das perdas auditivas é realizada de acordo com pessoas que possuem algum grau de deficiência auditiva.

Para Silva (2001), é importante que a criança seja exposta a língua de sinais logo nos primeiros anos de vida e corrobora os estudos feitos pelos pesquisadores supracitados no parágrafo anterior.

[...] os surdos, a exemplo dos ouvintes, podem se desenvolver linguisticamente, desde que sejam expostos à Língua de Sinais o mais cedo possível; se isto não acontecer, o desenvolvimento global do indivíduo surdo poderá ser afetado de modo significativo (SILVA, 2001, p. 47).

Os surdos com identidade própria não se sentem inferiores aos ouvintes. Assim, os movimentos de luta da comunidade surda são para que tenham uma educação que leve em conta suas especificidades linguísticas e culturais enquanto

usuários da língua de sinais, pois assim, seguindo suas convicções, os surdos estarão integrados/inclusos e em condições de igualdade com os ouvintes, o que refletirá positivamente em várias conquistas na escola e no mercado de trabalho. Para Perlin (1998 *apud* SILVEIRA, 2006, p. 10):

A identidade particular com a qual vou me preocupar é a identidade surda. Ao focalizar a representação da identidade surda em estudos culturais, tenho de me afastar do conceito de corpo danificado para chegar a uma representação da alteridade cultural que simplesmente vai indicar a identidade surda.

Um exemplo é a vaga que pode ser conquistada em cargos públicos e concursos (NOVAES, 2014). Um dos passos para tamanha autonomia profissional foi a oficialização da Lei Brasileira de Inclusão - LBI em 2016.

A Lei Brasileira de Inclusão – LBI, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência entrou em vigor em janeiro de 2016, através da lei 13.146/2015, reafirmando a autonomia e a capacidade desses cidadãos de exercerem atos de vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas (BRASIL, 2016).

Embora essas condições de igualdade sejam garantidas legalmente ao surdo, Carvalho (2012, p. 02) questiona: “As empresas estão preparadas para recebê-los e contribuir com o seu crescimento?”. Para o surdo, sua capacitação começa na escola e no seu envolvimento com a sociedade, através da participação nas decisões sociais, principalmente no contexto em que está inserido. Assim como o surdo precisa da língua portuguesa na modalidade escrita, é importante que haja funcionários e trabalhadores nos setores de trabalho que tenham o conhecimento da língua de sinais, Libras, a fim de estabelecer comunicação entre surdo e ouvinte.

A verdade é que, embora a Libras seja considerada a L1 do surdo, sua capacidade de desenvolvimento intelectual e pessoal se maximiza quando ele tem o conhecimento de outra língua, no caso, a língua portuguesa, tendo em vista sua inserção no ambiente de pessoas ouvintes usuárias desse idioma. Sendo assim, ambas as línguas têm seu papel relevante na vida do surdo e por esse viés o bilinguismo se faz imprescindível para uma aprendizagem mais efetiva levando em conta que aprender uma língua pode ser uma tarefa árdua que exige dedicação e esforço.

O processo de inclusão pode ocorrer duplamente, haja vista a necessidade de o falante do português também poder se comunicar com o surdo usando a Libras

como língua adicional (L2), estando ambos no ambiente escolar ou não. Para isso deve-se investir numa educação inclusiva, na qual são oferecidas condições essenciais para o ensino e aprendizagem. Por esse viés, Vieira (2011) destaca a importância do bom desempenho do usuário da Libras ou da língua portuguesa.

De acordo com Strobel (2008) *apud Stellinget al* (2014, p. 04), a cultura surda é assim definida como:

O jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo.

A questão é ainda não há o cumprimento total do que preconiza a política nacional de inclusão. Portanto, muitos alunos surdos são inseridos na sala regular de ensino onde, às vezes, só ele tem conhecimento de Libras e por essa razão não compreende o conteúdo das aulas, não consegue se comunicar com os colegas de sala e nem com o professor, haja vista que eles também não foram preparados para receber um aluno surdo na classe. Isso prova que mesmo dentro de um espaço educacional, o surdo não está isento de ser ignorado ou de sofrer preconceitos.

Uma educação bilíngue e intercultural compreende uma relação partilhada de conhecimentos linguísticos e culturais entre surdos e ouvintes em que cada um contribui para o aprendizado do outro, ou seja, a interculturalidade se dá também pela aceitação da individualidade dos sujeitos, sua identidade e no reconhecimento que há saberes e culturas diferentes, mas não uma superioridade em relação a outra. Vista por esse ângulo, pensar em uma educação bilíngue efetiva é incluir as peculiaridades tanto da Libras quanto da Língua Portuguesa tornando-as acessíveis às pessoas com surdez.

Felipe (2005) *apud* Novaes (2014) define o que é ser surdo considerando sua identidade e sua cultura como traços essenciais para a valorização do surdo dentro de um contexto social ouvinte.

Ser surdo é saber que pode falar com as mãos e aprender uma língua oral auditiva através dessa, é conviver com pessoas que, em um universo de barulhos, deparam-se com pessoas que estão percebendo o mundo principalmente, pela visão, e isso faz com que eles sejam diferentes e não necessariamente deficientes. (FELIPE, 2005 *apud* NOVAES, 2014, p. 60).

Sendo o surdo ciente de sua capacidade em se integrar no mundo ouvinte, é preciso levar em consideração o processo de educação bilíngue que seja interculturalmente relevante para o aprendizado do surdo, isto é, que o educador ouvinte tenha não só uma formação em Libras, mas que também esteja preparado para aceitar as peculiaridades da escrita da Língua Portuguesa realizada por alguém que tem como língua materna a língua de sinais, a Libras.

Portanto, a Libras é a chave de acesso para a inclusão do surdo na sociedade e portanto, o professor que atende alunos surdos precisa conhecer a língua sinais do surdo para que possa ensiná-los da melhor maneira.

### 1.3 SURDEZ, LINGUAGEM E A EXCLUSÃO ESCOLAR: PONTOS A CONSIDERAR

Quando se discute sobre o surdo, ou melhor, a pessoa portadora da deficiência auditiva, nos leva a pensar que se sabe muito pouco sobre a surdez, a educação e como eles se comunicam, ou seja, através da comunicação gestual ou oral. Portanto se faz necessário a compreensão do que verdadeiramente seja o sentido de Surdez. Assim, a Federação Nacional dos Surdos - FENNEIS considera que:

O surdo-mudo é a mais antiga e incorreta denominação atribuída ao surdo, e infelizmente ainda utilizada em certas áreas e divulgadas nos meios de comunicação. Para eles o fato de uma pessoa surda não significa que ela seja muda. (PINHEIRO; LIMA; SILVA, 2019, p. 35).

Percebe-se que diante dessa realidade, a maioria das pessoas tem dificuldade em diferenciar o surdo e mudo, porém é preciso compreender a diferença entre surdez e mudez, conforme Coelho (2012). Portanto, a audição do surdo não é funcional para todos os sons, prejudicando assim a linguagem e impedindo a compreensão da fala através do ouvido. A surdez é a privação parcial ou total do sentido de ouvir. Essa perda da audição dificulta a compreensão e a comunicação da pessoa afetada. Assim, quando a criança nasce trazem consigo doenças que pode prejudicar futuramente, ou adquirida geneticamente, causadas por viroses maternas etc.

A linguagem é muito importante no desenvolvimento da criança, pois a mesma é o instrumento de poder, e aos surdos não pode ser negado o direito de usufruir dos benefícios de uma língua, assim, aceitar a diferença e conviver com a

diversidade humana e um desafio proposta a sociedade, é o mais completo sistema de signos da cultura humana, e através dela é possível organizar o pensamento e entender as informações.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

A escola atual tem uma demanda bastante diversificada de estudantes, entretanto, a inserção de alunos com deficiência no ensino regular, ainda é considerada um desafio. Infelizmente, ainda vemos muitas escolas com uma prática excludente, cometendo os mesmos equívocos de segregação de séculos passados:

Quando as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade sob a alegação de que eram incapazes ou incapacitadas, e por isso eram postas à margem do convívio social, inclusive da acessibilidade à escola. Esse processo passa por mudanças atitudinais e, principalmente, pela existência de leis que assegurem direitos às pessoas com deficiência (CUNHA, 2015, p. 70-71).

A partir da percepção que a criança formula os primeiros conceitos, os objetos são representados pelo pensamento, através das suas características. Através da linguagem, é que os pensamentos e os conceitos tomam forma, facilitando a transmissão das percepções de um indivíduo. Sendo assim, a linguagem é uma forma simbólica de expressarmos os pensamentos, facilitando a organização das percepções e formulação de conceitos a partir delas.

A criança nasce inserida num meio social, que é a família, e é nela que estabelece as primeiras relações com a linguagem na interação com os outros, e essa interação é uma das maiores responsáveis pelo desenvolvimento da criança, sendo que seu desenvolvimento está ligado à evolução contínua de nós, seres humanos, durante todo o ciclo vital. Desse modo, desde os primeiros anos de vida, o surdo deve ser exposto aos sinais, desenvolvendo assim sua linguagem e sua cognição.

A linguagem envolve não apenas ouvir, discriminar, memorizar, mas um trabalho linguístico do sujeito sobre a língua, os movimentos enunciativos aos quais o sujeito recorre, a subjetividade que põe em evidência as escolhas lexicais, a construção sociocognitiva do sentido. Nesse contexto, a linguagem é o principal

mediador das funções cognitivas, e as esferas simbólicas (processos de significação) atuam mesmo na ausência de uma língua mais bem organizada. (SANTANA, 2007 *apud* ALETHEIA, 2015).

Contudo, são esses movimentos que fazem o processamento da linguagem se realizar. Sendo assim, a utilização da língua falada abrange conceitos de compreensão do sinal da fala, pois ouvir não implica em compreender a fala, assim como não basta ouvir para falar, a aquisição da linguagem é um processo que depende de interações e do uso efetivo da fala. Portanto é muito importante a linguagem ser trabalhada dentro da sala de aula.

O papel da família é de fundamental importância para a adaptação do surdo na sociedade, além do autoconhecimento de suas qualidades e talentos. Dentro desse contexto acontece a exclusão social ocorrida em sala de aula para com surdos, pode ser acometida pela má formação de professores que demonstra o caos que reza a educação inclusiva, esta que deveria acolher e propiciar momentos comuns a todos os educandos, mas infelizmente nem sempre é assim.

O que na maioria das vezes ocorre, é o surdo ser deixado de lado, fazendo uma pintura sem nenhum cunho pedagógico, enquanto os demais discentes estão inseridos no processo de aprendizagem, contrariando o que determina o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que prevê no Art. 22: “As instituições de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva”.

A partir daí é dever da instituição garantir que esses indivíduos sejam acrescentados na sociedade, assim como a família também é importante nesse momento de incluir o aluno que está fora de um ensino de qualidade, assim garantir que eles sejam alcançados.

A Língua de sinais é a língua natural das comunidades surdas. A Língua de sinais utilizada pelas comunidades surdas brasileiras é a LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais. As pessoas acreditam que a Língua de sinais são somente um conjunto de gestos que conduz as línguas orais. A mesma tem por si regras morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas próprias, possibilitando o desenvolvimento da pessoa surda, aprimorando o acesso desta noção e os conhecimentos existentes na sociedade. As línguas de sinais são sistemas de comunicação que são desenvolvidas pela comunidade surda compondo-se em línguas completas com alicerce independentes das línguas orais.

Conforme Felipe (2001), essas pesquisas sobre as línguas de sinais não deixam dúvidas de que estas são comparáveis em complexidade e expressividade a quaisquer outras línguas orais, pois expressam ideias sutis, complexas e abstratas, sendo que os seus utilizadores podem discutir filosofia, literatura e política. Assim, as línguas de sinais aumentam seus vocabulários com novos sinais, inserindo pelas comunidades surdas em resultado a mudanças culturais e tecnológicas.

Os sinais são compostos a partir do parâmetro, como a combinação do movimento das mãos com um determinado formato num determinado lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. Conforme Brito (1990), os parâmetros da língua de sinais são: Configuração das mãos; Ponto de articulação; Movimento; Orientação e Direção; Expressão Facial e/ou Corporal. E na ligação desses parâmetros e de outros elementos que compõem a libras e todas outras línguas de sinais.

Felipe (2001) ressalta que embora cada língua tenha sua própria estrutura gramatical, surdos de lugares diferentes pode se comunicar com mais facilidade uns com outros, o que não há entre os falantes de línguas orais, que requer um tempo para adaptação para haver um entendimento. Isso se dar a capacidade que a pessoa surda tem em desenvolver e aproveitar gestões e pantominas para a comunicação.

As línguas de sinais não são universais, pois cada país possui a sua própria língua, que sofre inclusive influências da cultura local, e assim como qualquer outra língua, também possui expressões distintas de região, não existindo assim uma padronização em âmbito nacional.

Muitas pessoas que não conhecem a LIBRAS acreditam que ela é o português feito com as mãos, que os sinais substituem as palavras da língua portuguesa, e que esta é uma língua de modalidade oral limitada e expressa apenas informações concretas, que não é capaz de transmitir ideias abstratas. Isso são mitos que precisam ser desfeitos, pois o que diferencia da língua portuguesa, e que está é uma língua de modalidade oral auditiva e utiliza como meio de comunicação sons articulados que são percebidos pelos ouvidos.

Segundo Góes (1996) a língua de sinais é a língua materna dos surdos, aquela pela qual outras estruturas se constroem, não havendo, a priori, limitações cognitivas ou afetivas inerentes a surdez. Portanto, o que pode prejudicar o seu desenvolvimento e a experiência e possibilidades para aquisição da linguagem.

Conforme Nader e Pinto (2011) sabe-se que até que seja diagnosticada a surdez, a família interage com a criança por meio da fala e de cantigas de ninar. É a partir do diagnóstico que toda essa relação muda. Pois não é mais uma criança comum, mais uma que requer atenção e cuidados a partir daquele momento em que a família tem o diagnóstico. Diante disso, o diagnóstico de surdez é uma experiência que altera não somente o sentimento de mãe como o funcionamento intersubjetivo de todos os elementos da família (SILVA; ZANOLLI; PERREIRA, 2008).

De acordo com Sacks (1990, p. 216), “Os bebês que já tenham tido contato com os sinais têm melhores condições de se expressar antes das crianças que só tem contato com a língua oral”. Assim, os sinais são mais fáceis de fazer, pois consistem em movimentos relativamente simples e lentos dos músculos, enquanto a fala necessita de coordenações relâmpago de centenas estruturas diferentes e só torna possível no segundo ano de vida.

Como qualquer outra, a língua de sinais, como relatam Dizeu e Corporali (2005) deve ser inserida na vida da criança nos três primeiros anos de idade, para que a criança a adquira naturalmente. Os autores afirmam que a língua de sinais, quando adquirida ela nos primeiros anos de vida ela fornece a criança um desenvolvimento pleno como sujeito.

A Libras representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno, por isso é imprescindível para uma criança e para sua família que o contato com a língua de sinais seja estabelecido o mais rápido possível, pois apresentará condição para realizar novas aquisições impulsionando seu desenvolvimento linguístico.

Os surdos têm memória, atenção, percepção, que também são construídas, sobretudo visualmente. A linguagem desempenha importante papel na percepção, pois a criança começa a perceber o mundo não apenas através dos olhos, mas também da fala, parte essencial no desenvolvimento cognitivo.

O surdo tem as mesmas possibilidades de compreensão que as pessoas ouvintes, precisando apenas que tenham suas necessidades especiais supridas com atendimentos e recursos adequados. Nessa perspectiva, Blanco (2003, p. 16), chama a atenção a Educação Inclusiva que leva “a pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de

seleção e discriminação”, são substituídas e removidas as barreiras para a aprendizagem.

Diante disso, a inclusão vem demonstrar que as pessoas são igualmente importantes em determinada comunidade, e, com isso, a diversidade e as diferenças tornam o meio escolar culturalmente rico, possibilitando novas aprendizagens para Pessoas com Deficiência ou pessoas que por qualquer motivo não se adaptam ao sistema escolar e são excluídas.

## **2 PEDAGOGIA SURDA: DESAFIOS NO ATENDIMENTO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Este capítulo objetiva destacar os desafios no atendimento ao aluno com deficiência auditiva por meio de alguns conceitos e referenciais teóricos que subsidiaram este estudo. Ainda conceitua o AEE - Atendimento educacional especializado e suas finalidades, assim como o processo de ensino aprendizagem e a relação escola e família do aluno com deficiência. Percebe-se também que o mais importante na prática da educação inclusiva, é que a família, os professores e a comunidade saibam que a inclusão visa garantir que todos os alunos com ou sem deficiência participem ativamente de todas as atividades na escola e na comunidade e futuramente tenham independência.

### **2.1 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: ASPECTOS ORGANIZACIONAIS**

A educação especial é uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis de escolarização, que enfatiza a atuação complementar/suplementar da educação especial ao ensino regular (BRASIL, 2008). O Atendimento Educacional Especializado – AEE também, faz parte da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e garante a consolidação de um espaço de aprendizagem diferenciado, que contempla ações em sala de recursos multifuncional.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva Inclusiva, a função do AEE é:

Identificar, elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que elimine as barreiras para a plena participação dos estudantes considerando suas necessidades específicas. [...] Este atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 15).

Sob esse viés, cabe aos professores de educação especial/professor de LIBRAS/Bilíngue construir, executar e avaliar o plano de AEE do estudante, estabelecer a articulação com os professores da classe comum, criar estratégias de ensino e ações próprias para cada estudante que atendam as especificidades destes.

O atendimento educacional especializado no contraturno deverá ser realizado em sala de recursos multifuncional, devidamente equipada e com recursos pedagógicos onde serão oferecidas oportunidades de acesso ao conhecimento, por meio de atividades diferentes das realizadas em sala de aula ou outros espaços em que sejam desenvolvidas as práticas pedagógicas.

De acordo com a Resolução n. 04 de 02 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009) que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial:

O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009, Art. 2º).

O AEE deve ser oferecido preferencialmente, na escola da rede regular de ensino, em turno contrário ao do ensino fundamental e médio, não devendo ser confundido como apoio ou repetição de conteúdos programáticos trabalhados pelo professor da turma ou disciplina.

É importante salientar que o professor do AEE, profissional especializado que trabalha em parceria com o professor da turma regular, deve propor atividades que promovam a vinculação do aluno com o ensino, bem como organize situações de aprendizagem a partir dos interesses manifestados pelo aluno e escolhas diante das possibilidades existentes. Essa proposta é possível na medida em que há um serviço de parceria entre sala de aula e AEE e assim ocorra a promoção de situações diversificadas que permitam ao aluno se expressar livremente na sala de recursos multifuncionais e na sala de aula (BRASIL, 2010).

Assim tendo em vista que o atendimento Educacional Especializado (AEE) visa à superação de atitudes de dependência, que comumente o aluno com deficiência apresenta em situações em que ele é desafiado a resolver uma determinada situação problema, é importante que o professor seja criativo e estabeleça relações de proximidade, de confiança, bem como, organize situações de aprendizagem que promovam independência.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. [...] disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas

técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2007, p. 16).

O educador inclusivo precisa ter uma clara preocupação com o caminho que tem que percorrer para conseguir alcançar objetivos, planejar de forma inclusiva pensando em todos os alunos da sala de aula tenham o acesso ao conhecimento através de atividades lúdicas como recurso pedagógico na aprendizagem. No caso do surdo, dependendo do grau da deficiência, o docente inclusivo flexibiliza e adapta o conteúdo e atividades. Desse modo, considera-se público do AEE:

Alunos com Deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Portanto, são os alunos com deficiência mental, deficiência física, surdez, deficiência auditiva, cegueira, baixa visão, surdocegueira ou deficiência múltipla.

Alunos com transtornos Globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Inclui-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos em outra especificação.

Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (SILUK, 2012, p. 02).

Nesse sentido, há alunos com deficiência mental, deficiência física, surdez, deficiência auditiva, cegueira, baixa visão, surdo-cegueira ou deficiência múltipla. Mediante isso, a inclusão educacional além de ser primordial é um direito do aluno e requer mudanças na concepção e nas práticas de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos.

O professor de educação especial/professores de LIBRAS/professor Bilíngue, na atuação em da sala de recursos multifuncionais trabalhará de forma colaborativa com os demais docentes oferecendo aos alunos estratégias que venham a possibilitar o pleno desenvolvimento de sua aprendizagem.

As estratégias utilizadas serão elencadas e colocadas em prática levando-se em consideração ações pedagógicas concernentes às finalidades do AEE e as especificidades de cada aluno. No caso do AEE para alunos surdos usuários de LIBRAS o trabalho será realizado pelos professores de LIBRAS em conjunto com professor Bilíngue da Educação Especial, tendo como objetivo propiciar a

aprendizagem da LIBRAS e do Português escrito, em uma abordagem pedagógica que respeite a experiência visual e linguística da pessoa surda.

Este atendimento está respaldado na lei nº 10.4236/2002 regulamentada pelo decreto nº 5.626/2005 que garante a inclusão da pessoa surda “[...] conferindo a LIBRAS o status de língua oficial de ensino e aprendizagem da pessoa surda, resguardado o direito de opção formalizando a preferência ou não pela educação bilíngue” (SANTA CATARINA, 2009, p. 29). Quanto aos alunos surdos que não façam uso da LIBRAS por opção própria ou de seus responsáveis, lhes será assegurado o AEE pelo professor da educação especial.

## 2.2 DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A aprendizagem entendida como uma construção realizada pelo aluno é uma instância que merece ser problematizada, uma vez que a abrangência dos seus significados não se traduz em um único sentido, mas um infindável universo de possibilidades, onde sempre é possível se buscar, conhecer ou adquirir. Podemos dizer que a palavra aprendizagem é algo contínuo, porque todo o dia deve-se buscar a aquisição do conhecimento.

Na educação inclusiva existe essa possibilidade de conviver com a surpresa, com um inusitado expresso em cada gesto, cada olhar que o aluno nos dirige. Kupfer (1999) denominou de estilos cognitivos de aprendizagem, ou seja, poder ver cada aluno na forma particular em que ele se apresenta no mundo da escola. Quando o autor fala dos estilos cognitivos, está definindo a relação do aluno com o conhecimento, de forma está envolvido, como estar caminhando na área do saber, como estar se desenvolvendo nas atividades colocadas para ele, pois sabemos que cada aluno tem seu tempo de aprender.

Vale ressaltar que a inclusão tenta combater a exclusão de determinadas situações da vida cotidiana, ou seja, muitos indivíduos excluem outros devido a terem uma distinta classe social, ou algum tipo de deficiência, por idade, gênero, nível educacional, distúrbios psicológicos, entre outros. Isso infelizmente ocorre em qualquer ambiente, seja família, de trabalho, escolar etc. Por isso é importante abordar a inclusão escolar, visto que esta acolhe todas as pessoas (alunos, professores, funcionários) sem exceção, no sistema de ensino.

O maior desafio para o fortalecimento dessa prática se caracteriza numa escola inclusiva de fato (LINKIEVICZ, 2012), ou seja, reinventar, reelaborar, reconstruir, adaptar as necessidades de seus alunos, desenvolver atividades próprias do AEE e promover recursos pedagógicos e acessíveis de forma que ampliem as habilidades promovendo a autonomia e participação do aluno com deficiência.

Conforme o Art. 12 da Resolução CNE/CEB Nº 4/2009, que compõe as Diretrizes para o AEE na educação básica, modalidade da educação especial, diz: “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, p. 03). Nesse contexto, essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2015).

Verifica-se que dentre as principais metodologias aplicadas pelos professores com relação ao processo de ensino-aprendizagem inclusivo está o diálogo com a família na busca por compreender as necessidades dos educandos e assim saber lidar com os mesmos no ambiente escolar. É um passo inicial necessário estabelecer esses vínculos afetivos que resultarão numa parceria necessária e fundamental.

Outra ferramenta utilizada é sensibilizar a turma onde o aluno com deficiência está inserido para que os mesmos possam ser acolhidos respeitados. Cada aluno deverá aprender que ser diferente é normal. As atividades e avaliações devem, quando necessário, serem adaptadas e flexibilizadas em prol do desenvolvimento de novas habilidades, de modo a respeitar o desenvolvimento e o tempo de cada indivíduo. Também são utilizados brinquedos e jogos, pois são em si mesmos motivadores da busca pelo aprender com autonomia.

Nesse processo inclusivo algumas metodologias para tratar dessa questão propõem a individualização do ensino através de planos específicos de aprendizagem para o aluno, como o uso de recursos adaptados, recursos tecnológicos como a tecnologia assistiva, adaptações curriculares. Assim para enfatizar essa questão o parecer CNE/CEB 17/2001 preconiza:

A adaptação ao nível da sala de aula visa a tornar possível a real participação do aluno e a sua aprendizagem eficiente no ambiente da escola e do tempo de modo a incluir as atividades destinadas ao atendimento especializado fora do horário normal de aula, muitas vezes necessários e indispensáveis aos alunos. As modalidades adaptativas, nesse nível, focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento do aluno.

Outro ponto fundamental para garantir esse processo de adaptação e inclusão está vinculado a forma como professor deve trabalhar as estratégias e metodologias que contemplem formas diferentes de ensinar e que despertem o interesse e curiosidade desse aluno em sala de aula.

O professor sempre se certificar de ter a atenção desse aluno, tomando cuidados como: sentá-lo na primeira fila, falar seu nome várias vezes durante a aula e verificar seus cadernos várias vezes para ter certeza de que ele está executando as devidas tarefas; o aluno com necessidades educacionais especiais por apresentar autismo, pode apresentar dificuldade de organização de memorização de suas responsabilidades. Portanto pode ser necessário ter um roteiro especial de apoio à organização do aluno, como uma agenda ou um caderno com fotos de atividades (MEC, 1995, p. 26).

Essas metodologias requerem ainda mais atenção e dedicação, assim Rodrigues (2014, p. 697) comenta que:

Colocar o sujeito em condições de desadaptação é motivo de sofrimento. Por suas características cognitivas, principalmente os processos executivos de percepção, compreensão, controle emocional, comunicação, entre outros, pelo efeito de seus distúrbios nos processos sequenciais e nas sinestesias, pela fragilidade emocional e relacional que o distingue, necessita de um processo progressivo de inclusão na escola, precedido por ações conscientes e miradas na adaptação.

Sob essa ótica, acredita-se numa escola que respeite as diferenças e o primeiro passo é se sentir incluído no processo para ter uma visão ampla do contexto em foco e decisivamente transformar determinada realidade.

Diante das dificuldades cabe citar algumas propostas pedagógicas para inclusão escolar, conforme Santos (2022) que sugere: Desenvolver palestras para a compreensão de que a escola é um espaço para a participação da comunidade extraescolar para a construção de uma sociedade democrática; Valorizar o diálogo como forma de esclarecer conflitos e tornar decisões coletivas; Ampliar e fortalecer a participação de todos (família/escola) na formação da criança, através de projetos

que favoreçam esta relação; Criar espaço para a divulgação da opinião da família sobre as atividades escolares, através de painel exposto na escola.

Assim sendo, estas propostas podem viabilizar um bom relacionamento entre família e escola, recriando técnicas e estratégias para que esta relação prepare um ambiente que proporcione a realização concreta do processo ensino e aprendizagem tendo como principal foco a inclusão.

### 2.3 RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

A relação escola e família é hoje um desafio a ser enfrentado e superado. Diante disso, percebe-se na urgência em viabilizar o espaço de trocas de informações, debates, informações, estudos, conhecimentos que possam colocar a escola e a família em sintonia, ambas afinadas para que se possa construir uma sociedade mais consciente e humana.

Acredita-se que a escola é um espaço democrático e, como tal deve chamar a família a participar. Essa participação implica no envolvimento, na responsabilidade e, conseqüentemente, no fortalecimento de uma escola e de uma comunidade com objetivos que extrapolam suas fronteiras, pois estão se formando cidadãos para atuarem no mundo e na vida.

Para Guarinello (2000), a família é o primeiro local onde as capacidades das crianças são desenvolvidas, bem como o lugar ideal para se iniciar o atendimento de base para os surdos. É no âmbito familiar que os valores e as crenças são transmitidos, a forma de como ela é tratada terá influência de si mesma. Assim, envolver a comunidade na escola exige hoje, considerar as diferenças e desigualdades sociais, fruto do desemprego, da luta pela sobrevivência, da qualificação profissional cada vez mais abrangente, do subemprego crescente.

O laço entre família e escola potencializa o processo de ensino-aprendizagem do aluno, na etapa educativa. A escola complementa as ações da família e vice-versa, mas para que haja uma verdadeira parceria entre a família e a escola, devem ser adotadas orientações metodológicas diferenciadas para atender alunos com deficiência e adequar os espaços físicos para tornar o processo de inclusão mais produtivo e eficaz. Contudo, a mudança mais significativa é relativa a acessibilidade atitudinal.

A primeira inclusão a ser feita ocorre no seio familiar e se estende para a que ocorre no meio social para então pensar na inclusão escolar. Logo se verifica que a base que é a família também precisa ser trabalhada pela escola para entenderem esse processo e assim se implantar a inclusão não só na educação, mas na sociedade. Isso requer novos paradigmas de educação, um rever da ética social, envolvimento de profissionais, familiares, da sociedade como um todo e o próprio sujeito da inclusão. Szymansky (2010, p 22) diz que, “É na família que a criança encontra os primeiros “outros” e, por meio deles, aprende os modos humanos de existir – seu mundo adquire significado e ela começa a construir-se como sujeito”.

A parceria entre família e escola fortalece a confiança e laços que farão a diferença na socialização, no desenvolvimento intelectual, cognitivo e social. O importante é que os pais estejam presentes nesse processo educativo, pois são eles que conhecem melhor seus filhos, o comportamento e atitudes. Reis (2012 p.10) aponta que:

A família como um dos principais agentes educativos, deve ter um papel ativo na educação da criança, participando de uma forma adequada e positiva em todas as etapas do seu desenvolvimento e, para que essa educação se efetue com qualidade deverá ser praticada em interação com outros agentes educativos que possam de igual forma, contribuir para esse processo educativo.

É um entrosamento primordial, pois além do processo educativo há outros encaminhamentos advindos de outros profissionais da área da saúde para melhorar o desempenho desses alunos na escola. Logo, serão também os pais os responsáveis por realizar essa conexão da escola e outras equipes interdisciplinares. É uma participação plena da família junto aos professores e de forma geral a todo contexto escolar.

A Declaração de Salamanca (199) traz essa referência da família no processo de inclusão de modo que os governantes:

[...] encorajem e facilitem a participação de pais, comunidade e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisões concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais.

Essa importante Declaração estabelece a necessidade da parceria entre família e escola de forma a maximizar o processo de inclusão escolar na busca por um efetivo aprendizado desse alunado.

A família do aluno especial é a principal responsável pelas ações do seu filho com necessidades especiais, visto que é ela quem lhe oferece a primeira formação. Na integração/inclusão escolar, o aluno com apoio dos profissionais e da família, poderá adquirir competências ainda maiores, se tiver um envolvimento como a "parceria" (TANAKA, 2010, p. 115).

Outro fator relevante é entender que os alunos com deficiência têm as mesmas necessidades dos alunos ditos normais, nesse caso exclui-se qualquer tipo de preconceito ou discriminação. Preparada ou não a escola tem a responsabilidade de fomentar e promover o desenvolvimento escolar. Tanaka (2010, p. 16) argumenta ainda que: “[...] é preciso que todos (família/sociedade/escola) tenham consciência de que alunos da Educação Especial: são vivos, sentem, observam, têm as mesmas necessidades que outros alunos e não se pode confiná-los num mundo à parte”.

Escola e família constituem dois contextos em conexão, com um único objetivo fundamental o desenvolvimento integral para que tenham condições reais de atuar na sociedade.

Um primeiro avanço ao se incorporar, como um fator essencial na aproximação da família, seu ambiente social e, corretamente, os recursos disponíveis. A mudança de perspectiva implica deixar de pensar nas famílias em termos de carência e problemas, para centrar-se em suas necessidades. As dificuldades deixam de ser vistas como algo estreitamente privado para se apresentar como uma questão interativa: as necessidades não são determinadas apenas pela deficiência do filho e por outras variáveis familiares, mas também, em grande medida, pela resposta ou pela falta de resposta em um meio social determinado (PANIAGUA, 2004, p. 332).

Nesse contexto, a escola não se constrói inclusiva sozinha. É preciso que os pais participem mais da aprendizagem dos alunos, que entendam da deficiência e muito mais das possibilidades de aprendizagem, de independência e autonomia, de uma vida social digna.

Na visão de Romanelli (2000, p. 39) quando falamos da Parceria Família-Escola “não podemos esquecer-nos de um terceiro componente, o filho/aluno”. Afinal é ele quem pode ser o elo entre estas duas instituições, em permanente

processo de mudança pela incompletude de suas funções, ora pelo que “não” fazem ou pelo que “deveriam fazer”, numa realidade de intensas transformações.

Nesse contexto, a família e a escola são as maiores responsáveis pelo processo educativo no contexto histórico da educação. O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes no Ministério da Educação aprovado no decorrer dos anos 90, tais como: Estatuto da criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) nos artigos 4º e 55. A Política Nacional de Educação Especial (1994) adota como umas de suas diretrizes gerais mecanismos que oportunizem a participação da família no desenvolvimento do aluno.

Obtendo-se resultados de sensibilizar e compreender os segmentos sociais, a e comunidade escolar, a família e o próprio portador de necessidades especiais, na defesa de seus direitos e deveres. Entre seus objetivos específicos, temos envolvimento familiar e da comunidade no processo de personalidade do educando. Lei de diretrizes e Base da Educação (Lei 9.394/96).

No Plano Nacional de Educação (PNE 2014 – 2024) também está definido como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) com objetivo de melhor funcionamento das instituições de educação e melhor manuseio dos recursos destinados aos recursos pedagógicos.

A participação da família no contexto escolar é uma necessidade contemporânea, almejada por todos independente de ser ensino fundamental ou educação infantil.

Os pais às vezes deixam de acertar, mas não quer dizer que erram com seus filhos. Eles fazem o que podem e como podem em relação à educação dos filhos, pois o que entra em cena é uma gama de relações possíveis sustentadas ou não pela família, que é tecida por expectativas de desejos, frustrações, enfim, cumprindo a profecia destinada a cada sujeito, seguindo a história de vida de cada um (RUBINSTEIN, 2003, p. 87).

Nesse aspecto, Tiba (1996) esclarece que cada aluno traz dentro de si sua própria dinâmica familiar, isto é, seus próprios valores (em relação comportamento, disciplina, limites, autoridades, etc.) cada um têm suas características psicológicas pessoais. A formação do caráter e personalidade do indivíduo ocorre ainda na infância e as principais instituições responsáveis por este desenvolvimento são, sem

dúvida, a escola e a família. A escola, como segunda instância, oferece maior socialização. É lá que a criança passa a conviver com outras crianças, experimenta um ambiente novo, com novas regras e novos conceitos educativos. É um lugar para formar pessoas inteligentes.

A escola, por sua vez está confusa diante as necessidades da família que também não sabe ao certo o que deseja da instituição escolar. Ao mesmo tempo em que os pais querem para seus filhos um ensino de qualidade com aprovação garantida no vestibular e depositam uma carga na escola de uma educação de valores com responsabilidades dos professores em realizar essa tarefa.

Por outro lado, quando estes aplicam as sanções que acreditam serem cabíveis, os pais alegam diversos argumentos para solicitar a transferência de seu filho. Desse modo, os pais dizem que o ensino é fraco, que os professores não sabem lidar com os alunos, a escola não está inserida a nova tendência educacional e aí afora.

Só que o professor de hoje nem sempre tá preparado para atender a essa ampliação de demanda. O cuidado dedicado à sua formação não acompanhou esse aumento de responsabilidades e de influências. Há atualmente um enorme descompasso, de um lado, o que se espera que a escola ofereça a seus alunos e, de outro, a preparação do professor e o prestígio que a sociedade confere a seu trabalho (ARATANGY, 2010, p. 111).

Com base nesses pressupostos, Conrado (2011) argumenta que a escola tem uma nova visão de ensinar com eficiência, muitas vezes segue um caminho dúbio focando na captação e fidelização de alunos, e o caminho de qualificar e ensinar se desvia do cenário da escola e de atingir metas referentes ao número de alunos, entretanto, os professores e os colaboradores desta missão de educar estão inseridos por meios de reuniões para entender e cumprir planejamento estratégico acompanhados de planos de ação.

A escola foi criada para servir à sociedade, por isso, ela tem a obrigação de prestar conta de seu trabalho, explicar o que faz e como conduz aprendizagem das crianças e criar mecanismo para que a família acompanhe a vida escolar. “Dos filhos”, mas não é apenas a escola que educa.

É sabido que criticidade vem mediante ao conhecimento, mas esse conhecimento tem que instigar mudanças e não tolher as vontades e o potencial de seus alunos. Esse conhecimento tem que ser corrosivo instigador e fomentador de uma busca incansável de novos conhecimentos, novos horizontes de saberes que estão aplicados nos contextos de seus educando (TAVARES, 2012, p. 84).

Na escola durante o processo de socialização tem a capacidade de desenvolver a sua identidade e autonomia, pois interagindo com amiguinhos, dá-se a ampliação de laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos. Isso poderá contribuir para o seu conhecimento.

### **3 DESAFIOS DA DOCÊNCIA COM ALUNOS SURDOS: CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO AEE DA EMEF ANTONIO GONZAGA BARROS, EM ITAITUBA-PA**

#### **3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O percurso metodológico deste trabalho acadêmico deu-se de forma qualitativa descritiva e observação sistemática, visto que se trata de um estudo bibliográfico uma vez que foi feito um levantamento teórico dos principais autores: Pinheiro, Lima e Silva (2019); Alves (2015); Skliar (1998); Brasil (2010); Tanaka (2010), Ferreira (1990), Felipe (1997), dentre os demais autores que constam nas referências ao final do trabalho.

Na pesquisa qualitativa é que esta abordagem almeja compreender uma realidade particular e assume um forte compromisso com a transformação social, por meio da autorreflexão e da ação emancipatória que pretende desencadear-nos próprios participantes da pesquisa. (FRASER; GONDIN, 2004, p. 145).

O uso de bibliografias diversas é fundamental, pois, é elaborada a partir de material já publicado constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa de campo realizou-se na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros, em Itaituba-PA. Para coleta de dados foi aplicado um questionário aos professores, pois, segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, sentimentos, expectativas, situações vivenciadas, etc”.

Assim, nas questões de cunho empírico, é o questionário uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade, de forma a conhecer as

percepções os professores colaboradores dessa pesquisa que possa trazer reflexões quanto aos desafios para o uso do jogo como recurso pedagógico.

Neste cenário de pesquisa, foram entrevistados 04 (quatro) professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado da escola citada, cuja pesquisa ocorreu também por meio de observações no período de agosto a outubro de 2022.

No quadro 1 pode-se observar os perfis dos entrevistados.

Quadro 1. Perfil dos entrevistados. Fonte: EMEF Antônio Gonzaga Barros, Itaituba-PA, 2023.

| Prof.          | Formação/Pós-Graduação                                      | Experiência em anos | Nº de estudantes surdos |
|----------------|-------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------------|
| P <sub>1</sub> | Licenciatura Plena em Pedagogia/Espec. em Educação Especial | 12                  | 02                      |
| P <sub>2</sub> | Licenciatura Plena em Pedagogia/Espec. em Libras            | 14                  | 04                      |
| P <sub>3</sub> | Licenciatura Plena em Pedagogia/Espec. em Educação Especial | 02                  | 02                      |
| P <sub>4</sub> | Licenciatura Plena em Pedagogia/Espec. em Libras            | 07                  | 01                      |

Conforme as descrições no quadro compreende-se que os professores estão qualificados para atuar junto ao alunado. Todos os professores são graduados em pedagogia e pós-graduados em áreas específicas, principalmente em Libras.

[...] O que culminou com a obrigatoriedade de preparação de professores capacitados para atuar em classes regulares com alunos com necessidades educacionais especiais – NEEs, sob os princípios da educação inclusiva e para afirmar uma concepção de aprendizagem centrada nos processos pedagógicos, em detrimento da superação de visões distorcidas e patologizadoras acerca das dificuldades escolares (MARILIA, 2012 *apud* BRASIL, 2002, p.182).

Nesse sentido, é de fundamental importância os professores atrelados à formação continuada, pois assim estarão sempre qualificados para atender alunos especiais. A especialização é primordial na educação especial, pois ela aperfeiçoa na preparação docente para lidar com as necessidades dos alunos.

### 3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gonzaga Barros está situada na Av. Riomar Tapajós Virgulino Lages (23ª rua), Bairro Bom Remédio, nesta cidade de Itaituba-Pará. Fundada no dia 21 de setembro de 1981, na gestão

do então Prefeito, Altamiro Raimundo da Silva, com o nome de Escola Municipal de 1º Grau “Antônio Gonzaga Barros”. A escolha do nome da escola ocorreu pelo desejo em homenagear o ex-vereador Sr. Antônio Gonzaga Barros, autarquia que prestou grandes serviços para o Município de Itaituba.

A Instituição Educacional tem como filosofia a formação do educando em seus aspectos físico, intelectual e cultural, de forma harmônica e crítica, considerando sempre sua realidade socioeconômica e cultural, suas reais necessidades e interesses, garantindo assim, a apropriação do conhecimento que assegura ao educando uma participação político social mais efetiva na sociedade, baseada na confiança mútua, na participação, no respeito e na solidariedade, devendo estar presente em toda a prática escolar, seja ela pedagógica política ou puramente administrativa.

Em virtude do crescimento da Comunidade, em 1988, sob a gestão da professora Rosirene Lopes Silva, houve a implantação dos cursos de 1º Grau na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e o 2º Grau Técnico em Contabilidade, Administração e Habilitação ao Magistério.

No ano de 1995, a Escola estendeu suas atividades educativas aos alunos com necessidades especiais. Mas, foi a partir de 2001 que a Unidade de Ensino iniciou o Processo da Educação Inclusiva, que até a presente data vem sendo gradativamente desenvolvida. Por reconhecer a necessidade do convívio social e os direitos subjetivos, a Escola “Antônio Gonzaga Barros” trabalha com a Inclusão dos alunos deficientes, nas séries/anos do Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos- EJA.

Atualmente a Escola está sob a administração do Núcleo Administrativo, para o triênio 2022-2024 assim formado: Rosa Marlete Facioni Moreira (Diretora), Eliane Lemos de Oliveira Pinheiro (Vice-Diretora) e Dhemesbraene Soares da Silva (Vice-Diretor). Além do Núcleo Administrativo atual a Escola se encontra composta por (1) diretor, (2) vice-diretor, (1) secretário, (1) técnico educacional, (7) aux.de secretaria escolar, (9) aux.de serviços gerais, (3) serviços gerais, (3) merendeira, (4) vigias, (62) professores, no total de servidores 90.

Quanto ao número de alunos, o quadro discente é formado por 1472 (Um mil quatrocentos e setenta e dois alunos), distribuídos em 43 (quarenta e três) turmas, assim: Nos turnos manhã 14 turmas e tarde 14 turmas total de 28 turmas atendendo

alunos do Ensino Fundamental Regular, do 1º Ano ao 9º anos, somadas à 10 turma de 3ª e 4ª Etapas da Educação de Jovens e Adultos.

No turno da noite são 05 turmas compostas por alunos da EJA (Educação de Jovens e Adultos). A extensão da Unidade de Ensino tem 01 Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que atende 47 alunos com necessidades educativas especiais.

### 3.3 OLHARES DOS PROFESSORES

Segundo Linkievicz (2012), o maior desafio da educação na atualidade está no fortalecimento de uma prática que se caracteriza numa escola inclusiva, ou seja, reinventar, reelaborar, reconstruir, adaptar as necessidades de seus alunos, desenvolver atividades próprias do AEE e promover recursos pedagógicos. Nesse contexto, fez-se necessário ouvir os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais das escolas públicas, de forma a conhecer suas concepções e práticas, e inicialmente perguntou-se: **Como você percebe a inclusão dos estudantes surdos em salas de aula do ensino regular? Você diria que esta escola promove a inclusão, em que escala de 0 a 10?** Os relatos dos professores estão no quadro 2.

Quadro 2. A escola promove a inclusão? Fonte: EMEF Antonio Gonzaga Barros, Itaituba-PA, 2023.

| Profº          | Relato dos professores do AEE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P <sub>1</sub> | <i>70% por falta de apoio financeiro e falta de recurso de baixa e alta tecnologia. Percebe-se que há uma necessidade de ensino comum estar mais presentes, serem mais parceiros e ao menos entregar os conteúdos e atividades com na antecipação e buscar informações de como lidar e ensinar o aluno com surdez. Não generalizando os professores.</i>                                                                                                                                                                                                  |
| P <sub>2</sub> | <i>A escola promove a inclusão, mas o sistema é falho. O aluno é incluso é aceito não há discriminação, entretanto os professores não sabem se comunicar porque não tem formação na área e a Semed não promove. A escola promove a inclusão. O sistema é zero.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| P <sub>3</sub> | <i>O meu conceito é 7. Porque apesar dos avanços alcançados em relação a inclusão escolar ,percebe-se que os alunos surdos ainda enfrentam dificuldades na sala de aula em relação as atividades propostas, ou seja, ainda não tem autonomia para realizar suas atividades necessitando da mediação da professora interprete de libras. Inclusão não se limita apenas na inserção do aluno na escola comum, mas, sobretudo, se de a escola e ao professor suporte necessário à ação pedagógica que assegure aos estudantes uma educação de qualidade.</i> |
| P <sub>4</sub> | <i>Nota 8. A promoção da inclusão só acontece diante do professor, do apoio educacional especial, por parte da professora do ensino regular é falho.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

Ao que se refere à questão buscou-se identificar se escola promove a inclusão, e levando em conta as informações dadas, observou-se que os entrevistados dão uma nota razoável à proposta de inclusão da escola, destacando que há muito a se fazer para que realmente a inclusão com qualidade ocorra.

Assim, os professores do AEE citam: a falta de apoio financeiro que gera a falta de recursos; a não preparação de alguns educadores para atender os alunos NEE's; a ausência de apoio aos professores do AEE.

Sob essa ótica, cabe aos professores de educação especial/professor de LIBRAS/Bilíngue construir, executar e avaliar o plano de AEE do estudante, estabelecer a articulação com os professores da classe comum, criar estratégias de ensino e ações próprias para cada estudante que atendam as especificidades destes.

Também se questionou aos professores que atuam no AEE quanto à construção do PPP e da proposta curricular da escola, na segunda pergunta: **Ao promover a inclusão, é preciso rever o projeto político pedagógico (PPP) e o currículo da escola? Se sim, quais as adaptações são feitas no planejamento curricular de forma a atender aos alunos surdos?** Os relatos dos entrevistados estão no quadro 3.

Quadro 3. Quais as adaptações são feitas no planejamento curricular? Fonte: EMEF Antônio Gonzaga Barros, Itaituba-PA, 2023.

| Profº          | Relato dos professores do AEE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P <sub>1</sub> | <i>Sim! É necessário que as ações estejam feitas pensando na adequação, nas estratégias de trabalho, do ensino, nos recursos a serem utilizados. Uma vez que o trabalho realizado com interlocução entre profª do AEE, ou seja, profª de libras mais profª interprete e prof titular da sala do ensino comum. Trabalhando em conjunto com as atividades e conteúdo (antecipação) e recursos adaptados com objetos de referencias-sinal mais palavras (língua portuguesa/escrita) mais metodologia do professor a aprendizagem acontece, acessibilidade atitudinal, comunicacional e programática.</i> |
| P <sub>2</sub> | <i>Sim! Através de oficinas de libras para ensinar os professores e os alunos para haver a socialização e a adaptação curricular adequada.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| P <sub>3</sub> | <i>Sim! As adaptações são de flexibilidade no currículo, no conteúdo, atividades e avaliações. Além de atividades adaptadas.</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| P <sub>4</sub> | <i>Numa proposta inclusiva se faz necessário rever o projeto político pedagógico (PPP) e o currículo da escola. O ppp deve contemplar o atendimento à diversidade e o aparato que a equipe terá para ensinar á todos. Já o currículo deve prever a flexibilização das atividades com procedimentos didáticos e metodológicos que propiciem o avanço no processo de aprendizagem dos alunos.</i>                                                                                                                                                                                                       |

Conforme relato dos professores é necessário que as ações estejam feitas pensando na adequação, nas estratégias de trabalho, do ensino, nos recursos a

serem utilizados. Também através de oficinas de libras e faz-se necessário rever o PPP para adequá-lo à proposta de inclusão.

Nesse contexto, pode-se observar que muitas são as adaptações feitas no planejamento curricular de forma a tender os alunos surdos, pois as adaptações são de flexibilidade no currículo, no conteúdo, atividades e avaliações, como destacou a professora 3.

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória (BRASIL, 2001, p. 02).

Pode-se afirmar que é fundamental o trabalho em conjunto dentro do ambiente escolar, pois ela possibilita o planejamento adequado que irá ajudar no processo de desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especializadas, com isso trazer bons resultados no processo educativo.

Vale ressaltar que, na proposta de inclusão escolar temos um importante aliado que é a Tecnologia Assistiva (TA), cujo termo é utilizado para identificar recursos e serviços voltados às pessoas com deficiência visando proporcionar a elas, autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Nesse cenário, perguntamos aos professores na questão 3: **Quanto às tecnologias assistivas, a escola possui? Elas promovem a acessibilidade?** Conforme respostas do quadro 4 é possível conhecer um pouco da escola com relação aos recursos tecnológicos disponíveis ao ensino e aprendizagem do estudante surdo.

Quadro 4. A escola possui tecnologias assistivas? Promovem a acessibilidade? Fonte: EMEF Antônio Gonzaga Barros, Itaituba-PA, 2023.

| Profº          | Relato dos professores do AEE                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P <sub>1</sub> | <i>Sim. As tecnologias são de extrema importância para os alunos surdos ajudam não só na acessibilidade, mas no aprendizado do educando.</i>                                                                                                                         |
| P <sub>2</sub> | <i>Sim, possui para alunos cegos baixa visão. Sim, promove para o surdo a acessibilidade dele é o professor de libras e a escola possui.</i>                                                                                                                         |
| P <sub>3</sub> | <i>A tecnologia assistiva é todo tipo de recurso, serviços, estratégia e práticas que são utilizadas para promover a autonomia do aluno com deficiência no ambiente escolar. Pode-se dizer que a escola promove uma acessibilidade em partes, pois a maioria dos</i> |

|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                      | <i>professores da sala regular não tem sensibilidade para produzir recursos para o aluno surdo. São professores do apoio especializado que produzem recursos fazem ajustes e adaptações nas atividades dos alunos.</i>                                                                                                                                               |
| <b>P<sub>4</sub></b> | <i>O professor tem no celular (particular) o aplicativo hand talk, livros doados por alunos de uma instituição, trabalhos de produção de libras nas categorias de alimentos á objetos; sinais de língua portuguesa; produção de projeto de libras dos professores do AEE. atividades coloridas (Xerox) materiais para confeccionar recursos de baixa tecnologia.</i> |

Como demonstrado no quadro, as professoras responderam de forma unânime que a escola possui tecnologia assistiva, promovendo assim a acessibilidade.

Os recursos de tecnologia assistiva estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência. (MANZINI, 2005, p. 82).

Nesse sentido, a tecnologia assistiva deve ser entendida como o recurso do usuário, pois ela serve à pessoa com deficiência que necessita desempenhar funções do cotidiano de forma independente. Na área educacional a Tecnologia Assistiva vem se tornando cada vez mais uma ponte para o novo horizonte nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiências até bastante severas.

Na sequência, perguntou-se aos professores na questão 4: **Quais as principais estratégias pedagógicas e recursos didáticos utilizados no processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo?** As respostas dos colaboradores dessa pesquisa estão demonstradas no quadro 5.

Quadro 5. Estratégias pedagógicas mais utilizadas no processo de ensino e aprendizagem. Fonte: EMEF Antonio Gonzaga Barros, Itaituba-PA, 2023.

| <b>Profº</b>         | <b>Relato dos professores do AEE</b>                                                                                                                                                             |
|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>P<sub>1</sub></b> | <i>Para sala de recursos pedagógicos AEE de libras, AEE em Libras, AEE em língua portuguesa. Atividades coloridas.</i>                                                                           |
| <b>P<sub>2</sub></b> | <i>São utilizadas estratégias diversificadas como: recursos visuais, adequações nas atividades, o ensino de língua Brasileira de sinais-LIBRAS e a língua portuguesa na modalidade escritas.</i> |
| <b>P<sub>3</sub></b> | <i>A primeira é a comunicação. O ensino de libras para o próprio surdo e para a turma quer estuda. Utilizamos materiais adaptados em libras e o professor interprete da sala.</i>                |
| <b>P<sub>4</sub></b> | <i>Adequação curricular: Libras, o tradutor, uso de imagens e materiais didáticos conforme a disciplina.</i>                                                                                     |

No que tange às estratégias do professor com relação ao ensino aprendizagem do aluno surdo, é possível observar estratégias diversas: recursos visuais, adequações nas atividades, o ensino de língua Brasileira de sinais-LIBRAS e a língua portuguesa na modalidade escritas. E ainda como destacou a professora 4: “Libras, o tradutor, uso de imagens e materiais didáticos conforme a disciplina”.

Com base nos depoimentos, acredita-se que a preocupação das professoras p2, p3 e p4 em fazer as adaptações das atividades para os surdos se dá pelo fato de eles não terem um conhecimento aprofundado em Libras e também por reconhecer que a interpretação semântica das informações dadas em Língua Portuguesa e em Libras seguem padrões diferenciados considerando sua estrutura linguística.

Por essa e outras razões inerentes ao processo de avaliação do aluno surdo, afirmam que “é imprescindível adaptar os instrumentos de avaliação de repertório de leitura e escrita de alunos ouvintes para alunos surdos” (PEREIRA; MENDES, 2009 apud LEITE, 2018, p. 83). Além disso, é importante considerar uma das características fundamentais da aprendizagem do surdo que é a experiência visual, essência linguística e cultural da língua de sinais.

Foi questionado na quinta questão: **O que você considera como os principais desafios no seu trabalho com o aluno surdo, caso haja?** As respostas dos colaboradores dessa pesquisa estão demonstradas no quadro 6.

Quadro 6. O que você considera como os principais desafios no seu trabalho com aluno surdo? Fonte: EMEF Antônio Gonzaga Barros, Itaituba-PA, 2023.

| Profº          | Relato dos professores do AEE                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P <sub>1</sub> | <i>Atividade (xerox colorida, copia) e parceria familiar.</i>                                                                                                                                                                                                                                               |
| P <sub>2</sub> | <i>Falta de acesso à internet na sala do AEE, recursos pedagógicos, falta de qualificação em libras dos docentes e da família dos alunos surdos; a dificuldade de comunicação do aluno surdo com os colegas, professores e funcionários e ate mesmo com a família.</i>                                      |
| P <sub>3</sub> | <i>O principal desafio e o professor do ensino regular , quando ele não e de inclusão , pois a inclusão acaba sendo distorcida.</i>                                                                                                                                                                         |
| P <sub>4</sub> | <i>A comunicação! A língua de sinais e a escrita da língua portuguesa são os maiores desafios. Muitos surdos não são fluentes na libra e a maioria não e alfabetizado na língua portuguesa, dessa maneira a comunicação fica difícil, pois se a libras ele não conhece a escrita e complicada ensinar .</i> |

Todos os professores relatam que sempre existem desafios e o principal destacado por eles é a parceria da família, sendo que consideram essencial para ajudar no desenvolvimento do aluno. Além desse desafio, a escola traz consigo a

comunicação que também é importante relatar, pois a maioria deles não é fluente em Libras, isso dificulta o processo de aprendizagem, não trazendo assim os resultados esperados, como aponta Reis (2012, p.10) e:

A família como um dos principais agentes educativos, deve ter um papel ativo na educação da criança, participando de uma forma adequada e positiva em todas as etapas do seu desenvolvimento e, para que essa educação se efetue com qualidade deverá ser praticada em interação com outros agentes educativos que possam de igual forma, contribuir para esse processo educativo.

Como foi ressaltado anteriormente, a família é o elo principal para ajudar no processo da criança. Sempre incentivando, acompanhando seu desenvolvimento, uma parceria que ajuda tanto o professor quanto aos próprios familiares, dessa forma, sempre trazendo retornos positivos. Nesse sentido, foi perguntado na questão seis: **O que você sugere para melhorar seu trabalho com o estudante surdo de forma a promover efetivamente sua aprendizagem?** As respostas dos colaboradores dessa pesquisa estão demonstradas no quadro 7.

Quadro 7. O que você sugere para melhorar seu trabalho com aluno surdo? Fonte: EMEF Antônio Gonzaga Barros, Itaituba-PA, 2023.

| Profº          | Relato dos professores do AEE                                                                                                                          |
|----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P <sub>1</sub> | <i>Falta de financeiro, mas dentro do possível os alunos estão desenvolvendo sua aprendizagem.</i>                                                     |
| P <sub>2</sub> | <i>Parceria entre os professores do AEE, sala de aula regular e a interprete de Libras, formação continuada para professores, funcionários e pais.</i> |
| P <sub>3</sub> | <i>Ensino de Libras para todos e recursos pedagógicos.</i>                                                                                             |
| P <sub>4</sub> | <i>Formação para toda a escola na formação de cursos de Libras (Do vigia a direção da escola)</i>                                                      |

Para esses questionamentos, a resposta dos entrevistados, nas entrelinhas, deixa implícito que é necessária a realização de formação continuada do vigia à direção, como citou a professora 4. Para tanto é necessário pensar um currículo inclusivo nesses parâmetros.

Uma escola consegue organizar um currículo inclusivo quando reconhece a complexidade das relações humanas (professor-aluno), a amplitude e os limites de seus objetivos e ações; quando entende o ambiente escolar como um espaço relacional que estabelece laços que contribuem para a formação de uma identidade individual e social. Assim, estar na escola não significa que o aluno esteja aprendendo. A escola preocupa-se muito com a aprendizagem e pouco com o sujeito que está aprendendo (MINETTO, 2008, p. 32).

Essa mesma preocupação é fundamentada nos questionamentos levantados por Lima (2011), quando fala da inclusão do aluno surdo a partir da percepção dos professores. Para a autora, a inclusão é um desafio não só para o aluno surdo, mas também para os professores das salas comuns, sendo assim, ao pensar sobre isso se deve levar em consideração alguns questionamentos como, por exemplo, “que conhecimentos os professores têm a respeito da língua de sinais? A comunicação professor-aluno e alunos-alunos não ficará comprometida? Como alfabetizá-lo em Língua Portuguesa? Existem intérpretes para atender as escolas?” (LIMA, 2011, p. 02). Tudo isso são preocupações que permeiam a realidade inclusiva do surdo e por enquanto ainda é uma questão não resolvida.

Por fim, perguntou-se na questão 7: **Em sua opinião, qual o perfil de um professor que almeja trabalhar na sala do AEE, mais especificamente atendendo estudante com surdez?** As respostas dos professores do AEE estão demonstradas no quadro 8.

Quadro 8. Qual o perfil do professor que deseja trabalhar na sala do AEE? Fonte: EMEF Antônio Gonzaga Barros, Itaituba-PA, 2023.

| Profº          | Relato dos professores do AEE                                                                                                                                                                                                                                                            |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| P <sub>1</sub> | <i>O professor especializado para o AEE é um profissional da área da educação especial que deverá ter curso de formação específica para esse atendimento. Esse profissional precisa ter conhecimento acerca da Língua Brasileira de Sinais – Libras e Língua Portuguesa para surdos.</i> |
| P <sub>2</sub> | <i>Que ela seja astuto, comprometido e tenha habilidade em aprender, pois a libras se aprende no dia a dia. E uma torça, a língua é viva ,então precisa ser praticada todos os dias.</i>                                                                                                 |
| P <sub>3</sub> | <i>Professor que tenha formação, especialização, formação continuada em AEE ,libras ,pedagogo .Além das formações ,compromisso e apoio escolar ,familiar e SEMED.</i>                                                                                                                    |
| P <sub>4</sub> | <i>Professor fluente em libras e em Língua portuguesa, com experiência no atendimento de alunos surdos.</i>                                                                                                                                                                              |

Diante dos relatos vê-se que todas afirmam quanto ao perfil, as características imprescindíveis para atuar com alunos surdos, sendo que os professores precisam ter formação, especialização e formação continuada em libras e língua portuguesa. Além do mais, a professora 2 enfatiza que o professor deve ser astuto, comprometido e tenha habilidade em aprender. E nesse sentido, Uzeda e Barbosa (2020) argumentam que:

[...] com o objetivo de garantir essa formação, o Conselho Nacional de Educação (CNE) tem deliberado Resoluções para que os cursos de formação inicial ofereçam disciplinas e/ou conteúdos relacionados à

inclusão escolar nos cursos de licenciatura, destacando-se as disciplinas Libras e de Educação Especial obrigatórias nos cursos de Pedagogia (UZEDA; BARBOSA, 2020, p. 04).

É inegável o fato de que no percurso da vida educacional os professores passam por situações boas e ruins no começo de carreira. Quando se têm alunos com algumas especificidades como é o caso do aluno surdo, pode-se deduzir que as situações mais difíceis estão relacionadas à comunicação e ao uso da língua de sinais. Sendo assim, é importante considerar que a presença de um intérprete é essencial, mas não exime o professor de ter o conhecimento de Libras.

Por fim, conforme a pesquisa realizada observou-se inúmeros os desafios que muitos professores têm enfrentado no seu dia a dia para conseguir elaborar suas atividades para levar aos seus alunos. Com base na pesquisa realizada com a amostra de profissionais pedagogos que atuam em ambientes escolares, verificou-se que atualmente estes possuem capacitação para atuar na docência com alunos especiais. Ficou claro na pesquisa que as pedagogas entrevistadas enfrentam dificuldades na preparação dos jogos por falta de materiais e porque a escola dispõe de poucos materiais pedagógicos.

Com relação ao ensino aprendizagem é necessário promover bingos e rifas nas escolas para conseguir dinheiro e comprar os restantes dos materiais que não tem como ser reciclado. Neste contexto de necessidades deve ter uma mobilização para que se crie ou compre os recursos necessários para a realização dos recursos e jogos pedagógicos.

Assim, com base na pesquisa realizada, como proposta de intervenção é primordial que o responsável da escola faça reunião com os governantes, para que reveja as portarias de lotação e a quantidade de alunos na sala de aula ou até mesmo construir escolas planejadas para que tenha espaços para a utilização dos jogos pedagógicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar os desafios da docência no processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos, a partir das concepções e experiências dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado das escolas públicas de ensino fundamental de Itaituba-PA. Desse modo, foram ouvidos os professores que atuam no AEE da Escola Municipal Antonio Gonzaga Barros.

Nesse contexto, o primeiro capítulo transcorreu sobre a educação inclusiva do aluno surdo que destaca as políticas públicas e legislação educacional, também frisa os conceitos e características da deficiência auditiva na visão de diversos autores. Por consequência, o segundo capítulo fez uma abordagem sobre os desafios no atendimento ao aluno com deficiência auditiva como é realizado atendimento educacional, o público assistido e levando em consideração os desafios no processo de ensino e aprendizagem. Ainda, nesse capítulo é destacado a fundamental importância da parceria da escola com a família para o melhor desenvolvimento do aluno.

A inclusão dos estudantes surdos em salas de aula do ensino regular é percebida pelos entrevistados por muitos desafios, como: a falta de apoio financeiro; alguns educadores não estão preparados para ensinar os alunos; falta de suporte aos professores do AEE. Entretanto, verifica-se um aumento no número de matrículas e a participação da família na vida escolar do estudante surdo. No que tange às estratégias do professor com relação ao ensino e aprendizagem do aluno surdo, é possível observar estratégias diversas e diferenciadas: Sala de recursos pedagógicos em Libras; atividades coloridas; adaptações das atividades.

Os principais desafios no trabalho com aluno surdo, segundo os entrevistados, são: Falta de parceria da família, que é essencial para ajudar no desenvolvimento do aluno. Além desse desafio a escola traz consigo a comunicação, pois a maioria dos estudantes não é fluente em Libras, isso dificulta o processo de aprendizagem, não trazendo os resultados esperados.

A fim de chegar a uma resposta plausível para as indagações, a qual foi respondida durante as pesquisas, cabe mencionar que propósito foi alcançado tendo em vista que os questionamentos aplicados aos participantes provocaram depoimentos muito contundentes e, até certo ponto, preocupantes porque ratificam o

que os estudos de diferentes autores mostram sobre a realidade do processo educacional inclusivo do aluno surdo.

Outro ponto a ser destacado é a adequação dos materiais utilizados para as aulas, especialmente no período de pandemia em que as aulas aconteceram através do ensino remoto. O uso das tecnologias assistivas e os recursos visuais foram de fundamental importância para ajudar o surdo no acompanhamento das vídeo-aulas e entender os conceitos abstratos ou técnico-linguísticos de cada assunto.

## REFERÊNCIAS

- ARATANGY, Lidia Rosemberg. **Novos desafios da convivência, desatando nó da trama familiar**. 1ª edição, São Paulo: Rideel, 2010.
- BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade: Implicações educativas**. Foz do Iguaçu: 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Ceará. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Brasília: 2010.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS e das outras providências. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: Câmara de Educação Básica, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- CARVALHO, Rosana Passos Quitério de. O surdo e o mercado de trabalho: conquistas e desafios. **Caleidoscópio**, v. 4, n. 1, p. 105-111, 2014. Disponível em: <http://ojs.eniac.com.br/index.php/Anais/article/view/91>. Acesso em: 19/10/2022.
- CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre princípios, políticos e práticas na área das necessidades educacional especiais**. 1994.
- DIZEU, L. C. T. de B.; Caporali, S. A. A Língua de Sinais Constituindo o Surdo como Sujeito. **Educação & Sociedade**. Campinas, 26, (91), 583-597, 2005.
- FELIPE, T. A. **Libras em contexto- Curso básico- Livro do estudante cursista**. Brasília Programa nacional de apoio a Educação dos surdos. MEC; SEESP; 1997.
- FENEIS. **Proposta para a Elaboração de uma Política Nacional de Educação Bilíngue para Surdos**. 2012.
- FERREIRA, BRITO, L. Uma abordagem fonológica dos sinais da LSCB. **Espaço informativo técnico-científico do INES**. Rio de Janeiro, v.1, nº1, p. 20-43, 1990.
- GAGLIARDI, C.; Barrella, F. F. Uso da informática na educação do deficiente auditivo: um modelo metodológico. **Anais da XVI Reunião anual de Psicologia** (pp.120-123). Ribeirão Preto: SBP, 1986.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados. 1996.

GUARINELLO, A. C.; LACERDA, C. B. F. O grupo de familiares de surdos como espaço de reflexão e possibilidades de mudança. In: SANTANA, A. P. *et al.* (Org.). **Abordagens grupais em Fonoaudiologia: contextos e aplicações**. São Paulo: Plexus, p.105-120. 2007.

MACHADO, Paulo Cesar. **Diferença cultural e educação bilíngue**: as narrativas dos professores surdos sobre questões curriculares. 164 f. 2009. Tese (Doutorado em Educação) PPG em Educação, UFSC, Florianópolis. 2009.

MARCHESI, A. Comunicação, linguagem e pensamento. In: C. Coll, A. Marchesi & J. Palácios (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais** (pp. 200-206), Porto Alegre: Artmed, 1996.

MEC/SEESP. Secretaria de educação especial. **Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial: área de deficiência auditiva**. Brasília, DF: 1995.

NADER, J. M. V. & Pinto, R. C. N. Aquisição tardia de linguagem e desenvolvimento cognitivo do surdo. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 40 (2), 929-943, 2011.

NOVAES, Edmarcio Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2014.

PANIAGUA, G. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: C. Coll, A. Marchesi & J. Palácios (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais** (pp. 330-346), Porto Alegre: Artmed, 2004.

PERLIN, Gladis T. Taschetto; STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos**. Florianópolis: UFSC, 2006.

PINHEIRO; LIMA; SILVA. **Surdez e inclusão educacional: Diálogos acadêmicos acerca da educação de surdos**, 2019.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

REIS, Vania Alexandra dos Santos. **O envolvimento da família na educação de crianças com necessidades educativas especiais**. 2012. 325. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Educação João de Deus. Lisboa/Portugal. 2012.

RODRIGUES, Maria Beatriz; GEOCONI, Catia. **Educação e Realidade**, organização do espaço e do tempo na inclusão de sujeitos com autismo. Porto Alegre, v. 39, n., p. 687-705, jul. / set. 2014.

ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, p. 81-97, 2000.

SACKS, O. **Vendo Vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago. 1990.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neolinguísticas. São Paulo: 2007.

SILVA, A. B. de P. e; Zanolli, M. de L., & Pereira, M. C. da C. Surdez: relato de mães frente ao diagnóstico. **Estudos de Psicologia**, 13 (2), 175-183, 2008.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita o aluno surdo**. São Paulo: Plexus editora, 2001.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Dimensão, 1998.

SOUZA, Calixto Júnior de; VIEIRA, Andreza Alves. A utilização das tecnologias assistivas para alunos surdos em tempos de pandemia. **Itinerarius Reflectionis**, v. 16, n. 1, p. 01-25, 2020. Disponível em: [≤https://www.revistas.ufg.br>](https://www.revistas.ufg.br). Acesso em: 01/09/2022.

STAINBACK S.; STAINBACK W. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. **Ponto de Vista: Revista de educação e processos inclusivos**, n. 5, p. 37-49, 2003.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão**: Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar**: A construção da imagem simbólica coletiva. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

TIBA, Içami. **Disciplina**: limite na medida certa. 8. Ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

VIEIRA, Cláudia Regina. **Educação de surdos**: problematizando a questão bilíngue no contexto da escola inclusiva. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba–UNIMEP UNIMEP. Disponível em: [≤https://repositorio.ufsc.br >](https://repositorio.ufsc.br). Acesso em 02 out. 2022.

**APÊNDICE A –**  
**QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES QUE ATUAM COM ALUNOS SURDOS**

FAI – FACULDADE DE ITAITUBA  
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia  
Acadêmica: ANA CAROLINA SANTOS SIQUEIRA

- Prezado (a) professor (a), necessito de sua colaboração e sinceridade no preenchimento deste questionário, cuja finalidade é obter subsídios que proporcione condições de desenvolver minha monografia de graduação com o objetivo de **analisar os desafios encontrados na educação de alunos surdos**.

**I. IDENTIFICAÇÃO:**

Formação: \_\_\_\_\_  
Pós-graduação? \_\_\_\_\_  
Experiência com alunos surdos: \_\_\_\_\_ anos.  
Atualmente você trabalha com quantos estudantes? \_\_\_\_\_ alunos.

**II. PRÁTICA DOCENTE:**

1. Como você percebe a inclusão dos estudantes surdos em salas de aula do ensino regular? Você diria que esta escola promove a inclusão, em que escala de 0 a 10?

Justifique:

---

---

---

---

2. Ao promover a inclusão, é preciso rever o projeto político pedagógico (PPP) e o currículo da escola? Se sim, quais as adaptações são feitas no planejamento curricular de forma a atender aos alunos surdos?

---

---

---

---

---

3. Quanto às tecnologias assistivas, a escola possui? Elas promovem a acessibilidade?

---

---

---

---

4. Quais as principais estratégias pedagógicas e recursos didáticos utilizados no processo de ensino e aprendizagem do estudante surdo?

---

---

---

---

---

5. O que você considera como os principais desafios no seu trabalho com o aluno surdo, caso haja?

---

---

---

---

---

6. O que você sugere para melhorar seu trabalho com o estudante surdo de forma a promover efetivamente sua aprendizagem?

---

---

---

---

7. Em sua opinião, qual o perfil de um professor que almeja trabalhar na sala do AEE, mais especificamente atendendo estudante com surdez?

---

---

---

---

Agradecemos sua participação!